



Municipais nºs 35.220/2022 e 36.121/2022;

CONSIDERANDO que a equidade de gênero é uma diretriz de governança da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO, ainda, que no mês de março é celebrado o Dia Internacional da Mulher e que esta é uma oportunidade para chamar a atenção da sociedade para distinções de gênero que ainda geram invisibilidade e desvalorização injustificadas,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o "Programa de Promoção à Equidade de Gênero nos Espaços de Trabalho" com a finalidade de promover, no âmbito do Município, cultura organizacional de inclusão e valorização da mão de obra feminina, reforçando a participação de mulheres nos múltiplos espaços e serviços municipais, bem como determinando a utilização de comunicação visual inclusiva.

Art. 2º São objetivos do Programa de Promoção à Equidade de Gênero nos Espaços de Trabalho:

- I - promover ações que contribuam para a redução, de forma significativa, de todas as formas de discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho;
- II - promover a adequação da comunicação visual, tornando igualitária a presença e atuação de mulheres, especialmente por meio de placas, sinalizações e quaisquer materiais correlatos fixados nos espaços públicos do Município e em suas dependências;
- III - mitigar os efeitos da construção de padrões estruturais que excluem mulheres de ambientes profissionais e reforçam estereótipos de gênero nos ambientes de trabalho;
- IV - estabelecer a equidade de gênero e a valorização da mão de obra feminina como uma diretriz da gestão municipal e um aspecto transversal a ser considerado nos projetos executados no âmbito do Município;
- V - promover ações que reforcem o pertencimento das mulheres em seu ambiente de trabalho e contribuam para a manutenção da autoestima feminina;
- VI - fomentar ambiente de trabalho seguro, inclusivo e respeitoso quanto às questões de gênero;
- VII - promover ações que contribuam para o fortalecimento da autonomia e equidade de gênero para empoderar as mulheres que prestam serviços no âmbito do município de Salvador;
- VIII - promover ações que contribuam para a valorização dos direitos das mulheres ao trabalho, à cidadania, à dignidade e ao respeito;
- IX - estimular a promoção de estratégias de fomento para a equidade entre homens e mulheres.

Art. 3º O Programa de Promoção à Equidade de Gênero nos Espaços de Trabalho abrangerá todos os Órgãos e Entidades, que deverão realizar mapeamento de suas atividades e contratações e evidenciar a participação de mulheres na execução de suas finalidades e na prestação dos serviços contratados.

§ 1º As ações a serem realizadas no âmbito do Programa serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude - SPMJ, que contará com o incentivo e monitoramento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda - SEMDEC, dentro de suas competências, e com o apoio administrativo e institucional da Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE.

§ 2º Os Órgãos e Entidades deverão produzir relatório com o detalhamento da participação feminina em suas atividades internas e na prestação de serviços externos, devendo enviá-lo à SPMJ no prazo de noventa dias, contados da publicação deste Decreto, para fins de registro e planejamento de ações afirmativas.

Art. 4º Eventuais parcerias para execução do Programa poderão ser firmadas por meio de convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada ou, ainda, de outros instrumentos congêneres celebrados com órgãos e entidades da Administração Pública, bem como com instituições privadas, observada a legislação pertinente.

Art. 5º Fica vedada, no âmbito do Município, a utilização de placas e sinalizações que reforcem estereótipos de gênero e invisibilizem a presença e atuação de mulheres em seus serviços e postos de trabalho.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para que os Órgãos e Entidades promovam as adequações necessárias para o cumprimento do estabelecido no caput deste artigo, inclusive com relação às obrigações inerentes aos seus prestadores de serviços.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 26 de março de 2024.

BRUNO SOARES REIS
Prefeito

JÚLIO FON SIMÕES
Secretário de Governo em exercício

RODRIGO SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Gestão

MILA CORREIA GONÇALVES PAES SCARTON
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico,
Emprego e Renda

FERNANDA SILVA LORDELO
Secretária Municipal de Políticas para Mulheres,
Infância e Juventude

DECRETO Nº 38.373 de 26 de março de 2024

Altera a composição do Conselho Municipal de Turismo de Salvador - COMTUR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e com fundamento no inciso V, do art. 52 da Lei Orgânica do Município e no art. 3º da Lei nº 8.894 de 01 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Turismo de Salvador - COMTUR, passa a ser a seguinte:

I - Setor Público Municipal:

- a) **PEDRO CONDE TOURINHO**, representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULT, que o presidirá;
- b) **LÍLIA VIRGINIA SANTOS LOPES**, representante da Secretaria Municipal de Comunicação - SECOM;
- c) **CELSO TAVARES FERREIRA**, representante da Casa Civil - CC;
- d) **SILVIA MARIA RUSSO DE OLIVEIRA**, representante da Fundação Gregório de Matos - FGM;
- e) **MARCELO OLIVEIRA SILVA**, representante da Guarda Civil Municipal de Salvador - GCMS;
- f) **ISAAC CHAVES EDINGTON**, representante da Empresa Salvador Turismo - SALTUR;
- g) **FRANKLIN ALVES DE OLIVEIRA GOMES FILHO**, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda - SEMDEC;
- h) **FABRIZIO MULLER MARTINEZ**, representante da Secretaria Municipal de Mobilidade - SEMOB;
- i) **ALEXANDRE ALMEIDA TINÔCO**, representante da Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP;
- j) **DANIEL GABRIELLI REVAULT DE FIGUEIREDO E SILVA**, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR.

II - Setor Público Estadual:

- a) **LUIS MAURÍCIO BACELLAR BATISTA**, representante da Secretaria Estadual de Turismo - SETUR.

III - Setor Privado:

- a) **JEAN PAUL ALFRED PHILIPPE GONZE**, representante da Associação Brasileira de Agências de Viagens ABAV - BA;
- b) **WILSON SPAGNOL**, representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis ABIH - BA;
- c) **LEANDRO MESSIAS DE ALCÂNTARA MENEZES**, representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL - BA;
- d) **JOSÉ MANUEL YGLESIAS GARCIA**, representante da Associação Baiana de Receptivo/ABRE;
- e) **GLICÉRIO LEMOS**, representante da Associação Destino Salvador da Bahia;
- f) **JULIO RIBAS**, representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia/Câmara Empresarial de Turismo;
- g) **CELSO JOSÉ RICCI**, representante da Federação Baiana de Turismo e Hospitalidade do Estado da Bahia - FETUR;
- h) **FRANKLIN SANTOS**, representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/SEBRAE;
- i) **CARLOS MAURILIO MARTINS DE OLIVEIRA**, representante do Sindicato das Empresas de Turismo do Estado da Bahia/SINDETUR;
- j) **RIVANETE RODRIGUES DE CARVALHO SILVA**, representante do Sindicato dos Guias de Turismo do Estado da Bahia/SINGTUR - BA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 26 de março de 2024.

BRUNO SOARES REIS
Prefeito

JÚLIO FON SIMÕES
Secretário de Governo em exercício
PEDRO CONDE TOURINHO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil
RENATA GENDIROBA VIDAL
Secretária Municipal de Comunicação

**MILA CORREIA GONÇALVES PAES
SCARTON**
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Econômico,
Emprego e Renda

FABRIZIO MULLER MARTINEZ
Secretário Municipal de Mobilidade

ALEXANDRE ALMEIDA TINÔCO
Secretário Municipal de Ordem Pública

JOÃO XAVIER NUNES FILHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Urbano

equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar 5% (cinco por cento) de suas receitas, observado o limite fixado anualmente.

Art. 7º O Conselho Municipal de Política Cultural acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos do FMCS.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Regulamenta o funcionamento do Fundo Municipal de Cultura do Salvador - FMCS e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 52 da Lei Orgânica do Município, e considerando as disposições da Lei nº 8.551, de 28 de janeiro de 2014 e alterações,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES

Art. 1º Este Decreto regulamenta o funcionamento do Fundo Municipal de Cultura de Salvador - FMCS, criado pela Lei Municipal nº 8.551, de 28 de janeiro de 2014, alterada pela Lei Municipal nº 9.546 de 25 de setembro de 2020.

Art. 2º O FMCS está vinculado ao órgão ou entidade municipal responsável pela coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 3º O FMCS tem natureza financeira, é destinado ao financiamento das políticas públicas de cultura no Município e terá prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único. Os recursos do FMCS poderão, também, ser destinados a programas, projetos e ações culturais, implementados de forma descentralizada, no âmbito do Município do Salvador.

Art. 4º A aplicação dos recursos do FMCS tem como objetivos:

I - valorizar a diversidade cultural do Município e apoiar sua difusão;

II - apoiar as diferentes iniciativas que fomentem a transversalidade da cultura, em áreas como educação, meio ambiente, saúde, promoção da cidadania e dos direitos humanos, ciência, economia solidária, dentre outras dimensões sociais;

III - estimular o desenvolvimento cultural em todo o Município, buscando a mitigação de desequilíbrios e desigualdades locais;

IV - apoiar as diferentes linguagens/campos/processos artísticos, viabilizando suas condições de produção, circulação, formação e fruição;

V - apoiar a preservação e o uso sustentável do patrimônio histórico, cultural, natural e artístico em suas dimensões material e imaterial;

VI - ampliar o acesso à fruição e à produção de bens, serviços e conteúdos culturais, fomentando iniciativas voltadas para os diferentes segmentos sociais relacionados a faixas etárias, raça, gênero, orientação sexual, pessoas com necessidades especiais e populações de comunidades tradicionais;

VII - apoiar as atividades culturais que busquem erradicar todas as formas de discriminação e preconceito;

VIII - valorizar os saberes, fazeres e expressões tradicionais de grupos locais e de diferentes formações étnicas, assim como de artistas, mestres de culturas tradicionais, técnicos, pesquisadores, pensadores e estudiosos da Arte e da Cultura;

IX - promover a economia da cultura, a geração de emprego, a ocupação e a renda;

X - fomentar as cadeias produtivas artísticas e culturais, estimulando a formação de relações trabalhistas estáveis no âmbito da cultura;

XI - apoiar projetos, ações, programas e atividades culturais de caráter criativo, inovador ou experimental;

XII - apoiar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais públicos, privados e autônomos, por meio de programas de formação e qualificação;

XIII - fortalecer as instituições culturais sediadas no Município;

XIV - incentivar o estabelecimento de equipamentos culturais de uso público nas prefeituras-bairro;

XV - apoiar as ações previstas no Estatuto da Igualdade Racial de Salvador relacionadas à cultura.

Art. 8º Ao órgão municipal responsável pela coordenação do SMC, em relação à gestão dos recursos do FMCS, além das competências previstas no seu Regimento, compete:

I - apresentar planos de aplicação anual ou plurianual para apreciação do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

II - gerir a execução da aplicação dos recursos do FMCS;

III - executar a movimentação financeira dos recursos do FMCS, observados os parâmetros definidos por este Regulamento, bem como os limites e atribuições estipulados pelo competente sistema de gestão dos recursos municipais;

IV - acompanhar e fiscalizar a execução das atividades financiadas pelo FMCS;

V - manter os controles necessários à execução orçamentária do FMCS, referentes ao empenho e à liquidação, bem como ao pagamento de despesas e recebimento de receitas;

VI - controlar e proceder ao registro contábil das receitas e despesas do FMCS elaborando os demonstrativos de execução orçamentária e financeira conforme legislação vigente;

VII - elaborar balanço anual e demonstrativos quadrimestrais das receitas e despesas do FMCS, para apresentar ao CMPC, para acompanhamento e fiscalização;

VIII - conferir e conciliar os extratos da conta bancária do FMCS e controlar sua movimentação;

IX - elaborar e emitir relatórios de planos de aplicação quadrimestrais para análise do CMPC;

X - elaborar e publicar no Diário Oficial do Município os editais de chamamento público, para apresentação de propostas culturais a serem financiadas pelo FMCS;

XI - prestar Contas e atender a diligências dos Órgãos de Controle Interno e Externo, sempre que necessário.

Art. 9º Ao CMPC, em relação aos recursos do Fundo, além das atribuições previstas no seu Regimento em consonância com os termos da legislação vigente, compete:

I - apreciar os planos de aplicação anual ou plurianual apresentados pelo órgão gestor do FMCS;

II - propor políticas, diretrizes e critérios para a aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir o Fundo, em cada exercício, exercendo o seu acompanhamento e a fiscalização sobre sua aplicação;

III - opinar e propor sobre os editais de chamamento público e demais normas de aplicação de recursos do FMCS;

IV - avaliar a aplicação dos recursos do FMCS, bem como os impactos e repercussões no desenvolvimento cultural, e propor medidas para seu aperfeiçoamento;

V - incentivar a participação democrática na gestão dos investimentos públicos na área cultural;

VI - propor e acompanhar a realização de pesquisas, estudos, análises e auditorias especializadas com vistas à qualidade de gestão do FMCS;

VII - exercer outras competências correlatas.

CAPÍTULO IV

DAS RECEITAS

Art. 10. Constituem receitas do FMCS:

I - contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações de setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

II - resultados de convênios, contratos ou acordos, celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

III - contribuições de mantenedores;

IV - doações e legados, nos termos da legislação vigente;

V - subvenções e auxílios de entidade de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VI - rendimentos de qualquer natureza que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio financeiro;

VII - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

VIII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados por mecanismos previstos no SMFC; e

IX - outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias, legalmente incorporáveis, que, por sua natureza, possam ser destinados ao FMCS.

§ 1º Os recursos do Fundo serão depositados em estabelecimento oficial, em conta corrente denominada Prefeitura Municipal do Salvador/Fundo Municipal de Cultura de Salvador.